

2.2. Da Competência:

O artigo 17 da Lei Orgânica dispõe que compete privativamente ao Município legislar sobre assuntos de interesse local:

*Art. 17. Compete privativamente ao Município:
I - legislar sobre assuntos de interesse local.*

A Constituição Estadual de Minas Gerais dispõe que compete ao Governador do Estado a iniciativa de lei quanto à organização dos órgãos da Administração Pública:

*Art. 66 – São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Constituição:
(...)
III – do Governador do Estado:
(...)
f) a organização da Advocacia do Estado, da Defensoria Pública, da Polícia Civil, da Polícia Militar e dos demais órgãos da Administração Pública, respeitada a competência normativa da União;
Art. 90 – Compete privativamente ao Governador do Estado:
(...)
V – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;
(...)
XIV – dispor, na forma da lei, sobre a organização e a atividade do Poder Executivo;*

A Lei Orgânica Municipal reproduz o que a Constituição Estadual de Minas Gerais dispõe:

*Art. 96. É competência privativa do Prefeito:
(...)
V - iniciar o processo legislativo, nos termos e casos previstos nesta Lei Orgânica;
(...)
XIV - dispor, na forma da lei, sobre a organização e a atividade do Poder Executivo;*

Quanto à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, a Constituição Federal de 1988 estabelece no inciso IX do artigo 167 ser vedada a instituição de fundos de qualquer natureza sem prévia autorização legislativa, de tal forma que cabe ao Chefe do Executivo, no interesse da criação do fundo especial, apresentar a proposta ao Legislativo, exigência que foi devidamente observada no presente caso.

Dessa forma, como o Substitutivo n.º 1 do Projeto de Lei n.º 106/2021 foi proposto pelo Chefe do Poder Executivo, Senhor José Gomes Branquinho, não há vício de iniciativa.

2.3. Da análise da proposição:

Com relação à proposição sob análise tem-se que a justificativa foi fundamentada no teor da Mensagem n.º 110, de 9/11/2021 do Projeto original. Vejamos alguns dos apontamentos trazidos pelo senhor Prefeito Municipal:

2. Conforme se verifica nos autos do processo administrativo nº 16738/2021, faz-se necessária a edição de uma norma para o Fundo do Patrimônio Histórico e Cultural de Unaí. Outrossim, cumpre ressaltar que a Lei Municipal nº 2.540, de 24 de março de 2008, já não atende a realidade deste segmento em Unaí, sendo inevitável sua revogação e consequentemente a edição de uma nova Lei.

3. A proposta inserida neste Projeto de Lei atende as orientações do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais- Iepha, do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Unaí e da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

4. A atualização da legislação em comento possibilitará ao Município de Unaí a busca de captação de recursos junto aos órgãos governamentais do Estado e da União com o intuito de fomentar atividades relacionadas à cultura e preservação do patrimônio histórico de Unaí.

Já a Mensagem nº 149, de 25 de janeiro de 2022, que encaminha o Substitutivo nº 1, assim se manifestou:

1. Com as manifestações mais cordiais do meu apreço, encaminho, por intermédio de Vossa Excelência, à superior consideração dos membros dessa Egrégia Casa Legislativa, o incluso Substitutivo ao Projeto de Lei nº 106, de 2021 que “Institui o Fundo do Patrimônio Histórico e Cultural, dispõe sobre seu funcionamento e dá outras providências”.

2. Após as diligências apresentadas no processo administrativo nº 22237/2021, através do ofício nº 87/SACOM, o entendimento da equipe técnica da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, entendeu que o ideal para sanar as dúvidas levantadas era a apresentação de um substitutivo.

3. O substitutivo foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 14 de janeiro de 2022, porém foi sem a respectiva Mensagem Legislativa, a qual encaminhamos nesta data.

A Constituição Federal prevê em seu inciso II do parágrafo 9º do artigo 165 que a lei complementar estabelecerá normas definitivas para a instituição dos fundos.

Assim, vejamos:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

(...)

§ 9º Cabe à lei complementar:

(...)

*II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como **condições para a instituição e funcionamento de fundos.*** (Grifo nosso)

Mas, atualmente, é a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que especifica as exigências para a criação e organização dos fundos especiais.

Prevê o artigo 71 que “constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação”. Veja-se, portanto, que os recursos a serem alocados nos fundos

especiais devem estar atrelados à execução de objetos específicos, já determinados por meio da proposição em que se busca a autorização legislativa para a sua instituição.

O artigo 72 prevê que “a aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a fundos especiais far-se-á através de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais”.

O artigo 73, por sua vez, estabelece “salvo determinação em contrário da lei que o instituiu, o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo”. Tal é orientação dada pelo parágrafo 3º do artigo 5º deste Substitutivo o qual já obriga a manutenção dos saldos financeiros positivos de um exercício para o próximo, de modo a manter, permanentemente, a operacionalidade do fundo especial.

Por fim, o artigo 74 consigna que “a lei que instituir o fundo especial poderá determinar normas peculiares de controle, prestação e tomada de contas, sem de qualquer modo elidir a competência específica do Tribunal de Contas ou órgão equivalente”.

Da análise da proposta, não se observa a existência de qualquer dispositivo que possa tentar limitar os trabalhos de controle pelos órgãos fiscalizadores, não havendo, portanto, qualquer mácula a impedir a tramitação da proposta neste ponto.

O entendimento do Poder Executivo é de que não seja necessário acrescentar artigo para constar “conta específica e em instituto financeiro oficial” tendo em vista que os recursos em geral vão para uma conta a eles vinculada, conforme questionado no Projeto de Lei n.º 92/2018, que cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social — FMHIS, por meio do Ofício n.º 14/SACOM, de 25 de março de 2019, item 2, quanto a necessidade de acrescentar artigo para constar “conta específica e em instituto financeiro oficial” e foi respondido que “não seria necessário, pois estende que seria redundante tendo em vista que os recursos em geral vão para uma conta a eles vinculada”. Nesta proposição não foi realizada diligência neste sentido, tendo em vista o posicionamento do Executivo, já que encaminharam este Projeto sem constar o acréscimo do artigo mencionado, assim como em outros projetos referentes a “fundo” posteriores a 2019.

2.4. Da Diligência:

O Projeto foi convertido em diligência e encaminhado o Ofício n.º 87, de 13 de dezembro de 2021, no seguinte sentido:

- a) conforme a Mensagem n.º 110, de 9/11/2021, este Projeto é uma atualização da legislação e como o Fundo Municipal do Patrimônio Cultural de Unaí já existe, seria correto mencionar na ementa deste Projeto “cria o Fundo...? Consequentemente, seria correto mencionar no artigo 1º “fica criado o Fundo...”?*
- b) em grande parte do texto deste Projeto consta a palavra “Fundo”. Esta palavra é sinônima de “Fumpahc”?*
- c) o inciso VIII do artigo 3º dispõe: VIII – resgate de empréstimos concedidos a proprietários de imóveis privados restaurados com recursos do Fundo; Esta receita é referente a empréstimo de numerário do Funpahc para a restauração de imóveis com valor histórico e cultural? Caso seja isso, é necessário fazer a correção da redação.*
- d) esclarecer sobre o inciso II do artigo 6º: II - propiciar melhoria da infraestrutura urbana dotada de patrimônio cultural;*

- e) O que significa “devolução alpaca dos recursos” prevista no inciso II do artigo 11?*
f) quanto à extinção do Fumpahc, qual o fundamento jurídico para a forma de extinção discriminada no caput do artigo 13 e respectivos desdobramentos?
g) incisos III e V do artigo 15, esclarecer sobre o seu funcionamento.
h) o artigo 15 e respectivos desdobramentos tratam da competência da Secretaria Municipal da Cultura e Turismo e o artigo 58 da Lei n.º 3.074, de 23/3/2017, trata da competência geral da mesma Secretaria. Caso entenda necessário fazer alguma alteração a respeito, favor enviar emenda.

Em resposta, o Poder Executivo encaminhou o Substitutivo e respectiva Mensagem n.º 149, de 2022.

2.6. Disposições Finais:

Quanto ao mérito da proposição epigrafada, este deverá ser melhor examinado pelas comissões competentes, que a esta sucederão, no caso sob comento, as Doutas Comissões de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas (artigo 102, II, “g”, RI) e de Turismo, Desporto, Cultura e Lazer (artigo 102, VI, “a”, “b”, “c” e “d”, RI).

O retorno da matéria a esta CLJRDH para que seja dada forma à matéria torna-se necessário, a fim de que seja aprovada segundo a técnica legislativa para correção de eventuais erros de linguagem, defeitos ou erros materiais, em conformidade com o disposto no artigo 275 do Regimento Interno desta Casa de Leis, inclusive para acrescentar o preâmbulo ao Substitutivo, em atendimento ao artigo 3º da Lei Complementar n.º 45/2003:

Art. 3º A lei será estruturada em três partes básicas:

*I – parte preliminar, compreendendo a epígrafe, a ementa, o **preâmbulo**, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas;*

3. Conclusão:

Ante o exposto, dou pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Substitutivo n.º 1 do Projeto de Lei n.º 106/2021.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 7 de fevereiro de 2022; 78º da Instalação do Município.

VEREADORA ANDRÉA MACHADO
Relatora Designada